



Coordenação-Geral de Comunicação Social
Clipping 103/18 – terça-feira, 12 de junho



Jornal A Crítica

Capa – 03
Celulares made in Manaus – 04

Jornal Diário do Amazonas

Capa – 05
Presidente da CMM ataca governo federal por prejudicar ZFM – 06
Produção de motos cresce 24,3% em maio – 07

Jornal Em Tempo

Capa – 08
Coluna Contexto – 09
Bancada amazonense se reúne com Temer para ‘salvar’ a ZFM – 10
Cresce 24% a produção de motocicletas no PIM – 11

Jornal do Commercio

Capa – 12
Capa – 13
Coluna Frente&Perfil – 14
Momento difícil para as exportações – 15
Reinventada, Gradiente volta a operar no PIM – 16
Produção semestral deve decepcionar – 17
Chibatão e Super Terminais disputam expansão – 18
Veto coloca em risco projetos no PIM – 19
Barreto defende ação contra prejuízo – 20





03



Coordenação-Geral de Comunicação Social
12 de junho de 2018

TECNOLOGIA

Celulares made in Manaus

Samsung amplia linha e lança modelos Galaxy J4 e J6 com melhor desempenho e mais espaço de armazenamento

CINTHIA GUIMARÃES
cinthiaguimaraes@acratica.com

(SÃO PAULO-SP) - A Samsung Brasil anunciou ontem (11), em São Paulo, a chegada de mais dois modelos de smartphones da linha J ao mercado brasileiro: o Galaxy J4 e Galaxy J6, que ganham design repaginado, mais espaço de armazenamento, câmera com melhor desempenho e algumas características da linha premium da marca.

Os dois modelos serão fabricados no Polo Industrial de Manaus (PIM), em quatro opções de cores: preto, dourado, prata e violeta.

Os smartphones chegam ao mercado brasileiro na segunda quinzena de junho, com preços sugeridos que variam de R\$ 849 a R\$ 1.299, nas redes varejistas do País e no site da marca.

O Galaxy J8, que faz parte do portfólio global da marca coreana, por enquanto, ainda não deve chegar por aqui.

GALAXY J6

O J6 possui alguns recursos encontrados em modelos como A8 e S8, mas confeccionado em plástico ao invés de metal e vidro. Entra as características estão o Display Infinity (sem botão), que amplia a tela do smartphone sem aumentar o tamanho físico do modelo ao diminuir a quantidade de bordas na parte frontal do aparelho, permitindo um nível maior de imersão.

A tela Super AMOLED de 5,6".



Fabricante anuncia que novos smartphones chegam ao mercado brasileiro na segunda quinzena de junho, com preços que variam entre R\$ 849 e R\$ 1.299

Saiba mais

Os aparelhos foram pensados para uma faixa de público jovem, conectado e que necessita de memória para armazenar tudo preciso no smartphone, explicou Renato Cittini, gerente de Sénior da Divisão de Dispositivos Móveis da Samsung Brasil.

permite mais brilho e contraste e uma melhor experiência de visualização; e conta com suporte à tecnologia Dolby Atmos, que transmite o som com efeitos tridimensionais.

A câmera traseira é de 13MP (F1.9) e frontal de 8MP (F1.9), esta última com o diferencial de contar com um flash LED ajustável com três diferentes níveis de intensidade, permitindo que o usuário

escolha a intensidade de luz mais adequada para a situação. T

GALAXY J4

O Galaxy J4 traz o design tela Super AMOLED de 5,5", que reproduz imagens com níveis de contraste e cores realistas, além de áudio otimizado da tecnologia Dolby Atmos.

O Galaxy J4 é equipado com câmera frontal de 5MP (F2.2) e

flash LED ajustável com três diferentes intensidades que são ideais para selfies. A câmera traseira não deixa a desejar, produzindo imagens que capturam os mínimos detalhes com 13MP e abertura F1.9, que proporciona boas imagens mesmo em ambientes de pouca luminosidade.

*Repórter viajou a convite da Samsung

Desempenhos



>> Galaxy J4

Dual Sim, o Galaxy J4 conta com processador quad-core Exynos 7570 de 1.4GHz, 2GB de RAM e versões com 16 ou 32GB de armazenamento interno, com possibilidade de expansão com mais 400GB via cartão de memória, e bateria de 3.000 mAh, garantindo um excelente desempenho.



>> Galaxy J6

Com processador octa-core Exynos 7870, 2 GB e 32GB de armazenamento interno, que pode ser expandido em até 400GB com cartão microSD, o Galaxy J6 é Dual Sim, o que possibilita a inserção de dois chips de telefonia. Para garantir a segurança dos dados, o aparelho é equipado com leitor de impressão digital.



05



Coordenação-Geral de Comunicação Social
12 de junho de 2018

Presidente da CMM ataca governo federal por prejudicar ZFM

O presidente da Câmara Municipal de Manaus (CMM), Wilker Barreto (PHS), criticou o governo federal por retirar benefícios fiscais da Zona Franca de Manaus (ZFM) garantidos pela Constituição. "Não se pode um governo a seu bel-prazer, quando bem entender, rasgar a Constituição da República. Um governo que não respeita a constituição não exerce

a cidadania. Não respeita o Estado democrático de direito", disse. Barreto reconhece que a ZFM precisa passar por um processo de aprimoramento do seu processo produtivo básico e que cadeias econômicas – a exemplo dos fármacos, petroquímicos e a ecoturística –, precisam melhorar, mas que nada justifica um ataque tão agressivo aos concentrados responsáveis por boa parte do faturamento.

"Um governo que não é governo, é um grande balcão de negócios. Um governo que para se manter negocia claramente no atacado.

Numericamente a bancada do Amazonas não é páreo para o Sudeste, mas precisamos estar resguardados na Constituição. É uma matéria que não temos competência de legislar, mas não podemos nos calar. Se esse decreto prosperar, se não tiver uma medida judicial de caráter urgentíssimo, famílias vão passar por grandes dificuldades. Iremos ter uma grande leva de demissões no PIM", alertou.

"Sei do trabalho da bancada, mas sei também que todo o Estado precisa estar irmão em prol da ZFM", concluiu.





PRODUÇÃO DE MOTOS CRESCE 24,3% EM MAIO

Indicadores No comparativo com abril desse ano, também houve crescimento de 9,3%, somando 96,6 mil motocicletas produzidas no Pólo Industrial de Manaus e vendas de 81,2 mil veículos de duas rodas

Acumulado Em cinco meses, foram produzidas 444,5 mil unidades, em Manaus

Sandro Pereira

Da Redação

Redacao@diarioam.com.br

Manaus

As fabricantes de motocicletas instaladas no Polo Industrial de Manaus (PIM) estão comemorando os resultados positivos da produção, com 96,6 mil unidades, em abril, uma alta de 24,3% sobre o mesmo mês do ano passado (77,7 mil) e de 9,3% na comparação com abril (88,4 mil). Já no acumulado dos cinco meses, foram produzidas 444,5 mil unidades, corresponden-

do a uma expansão de 19% sobre as 373,4 mil motocicletas do ano passado. Os dados são da Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo).

Para Marcos Fermanian, presidente da entidade, chegar ao quinto mês consecutivo de crescimento significa que a recuperação do setor está praticamente consolidada. "O que mais assistimos neste período foi a contínua ascensão dos negócios no mercado nacional e tudo indica que as projeções serão revisadas para cima",

comenta. No início de 2018, a previsão divulgada pela entidade apontava um crescimento de 5,9% para a produção total do ano, chegando a 935 mil unidades, em comparação com as 882.876 unidades fabricadas em 2017.

A recuperação do setor também reflete nas vendas no atacado, feitas pelas fabricantes às concessionárias. Foram 87,9 mil motocicletas vendidas em maio, significando uma alta de 29,6% sobre o mesmo mês de 2017 (67,8 mil) e de 12% na confrontação com abril (78,5 mil). No acumulado, o cenário também foi de

crescimento: 16,1%, sendo 400,4 mil motocicletas enviadas às lojas neste ano ante 345 mil em 2017.

Emplacamentos

Com base nos dados do Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam), as vendas no varejo totalizaram 81,2 mil unidades em maio, correspondendo a aumento de 2,1% sobre o mesmo mês de 2017 (79,5 mil) e a um recuo de 1,1% na comparação com abril do presente ano (82,1 mil).

No que diz respeito às vendas diárias, em maio a média

foi de 3,8 mil unidades com 21 dias, representando um salto de 7% sobre o mesmo mês do ano passado (3,6 mil), que teve 22 dias úteis. Mas na comparação com abril, houve recuo de 1,1% (3,9 mil). No acumulado dos cinco primeiros meses do ano, a média diária de vendas ficou em 3.715 unidades.

"Na primeira quinzena de maio a média diária estava acima de 4 mil motocicletas, volume que acabou caindo no fim do mês em função dos impactos da paralisação dos caminhoneiros. Mesmo assim, foi algo pontual", diz o presidente, Marcos Fer-

07



L DIA D

Bancada tenta salvar Zona Franca

Deputados e senadores do Amazonas têm encontro hoje (12) com Michel Temer, no qual pressionarão o presidente a sustar o Decreto 9.394/2018.

Política 5

08



Coordenação-Geral de Comunicação Social
12 de junho de 2018

Dia D

A reunião da bancada amazonense no Congresso Nacional com o presidente Michel Temer (MDB), hoje (12), em Brasília, já é chamada de o Dia D da Zona Franca de Manaus.

ZFM em perigo

Se não recuar da decisão de diminuir de 20% para 4% o incentivo do IPI às empresas de refrigerantes, é possível que mais de 100 mil empregos sejam afetados, e 25 fábricas deixem o Amazonas.

Fim do namoro

A reunião, que será no Dia dos Namorados, pode, caso Temer seja irredutível em sua decisão, marcar o fim do relacionamento do presidente com parlamentares que o apoiaram nesses pouco mais de dois anos de governo.

8 homens e um destino

Entre eles, estão os senadores Eduardo Braga (MDB) e Omar Aziz (PSD), e os deputados federais Pauderney Avelino (DEM), Alfredo Nascimento (PR), Silas Câmara (PRB), Átila Lins (PP), Arthur Bisneto (PSDB) e Gideão Amorim (MDB).

09



Bancada amazonense se reúne com Temer para 'salvar' ZFM

Parlamentares tentam convencer o presidente a sustar o decreto que tira incentivos do polo de refrigerantes

Fabiane Morais

Pel segunda vez, a bancada do Amazonas vai tentar sustar, por meio de uma reunião com o presidente Michel Temer (MDB), o Decreto Federal 9.398/2018, de 30 de maio, que reduziu de 20% para 4% o valor do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos concentrados de refrigerante. No primeiro encontro, realizado há uma semana, os parlamentares amazonenses não conseguiram entrar num acordo nem com o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, tampouco com secretário da Receita Federal, Jorge Rachid.

Enquanto não há consenso sobre o assunto, três projetos de decretos legislativos estão na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, para que a Zona Franca de Manaus (ZFM) não seja prejudicada. "Esta não será a última chance para reverter o assunto. Se não chegarmos a um acordo, eu e senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB), que temos decretos sobre o mesmo assunto na CCJR, vamos pressionar para que seja aprovado e possa seguir no regime



Caso não haja acordo com o governo federal, bancada federal já possui quatro projetos de decreto legislativo para sustar decreto federal

de urgência", explicou o senador Eduardo Braga (MDB).

O líder da bancada amazonense no Congresso Nacional, senador Omar Aziz (PSD), disse que a intenção é encontrar uma solução de forma pacífica. A preocupação de Omar é que o decreto federal vai continuar, até que se chegue a uma solução, já que a preocupação com isso não é só em Brasília.

Estado e levar à saída de, aproximadamente, 25 empresas do Amazonas. "Não se trata apenas do setor de concentrados, mas outros polos da ZFM também", disse Omar, ao afirmar que a pressão contra o governo federal vai continuar, até que se chegue a uma solução, já que a preocupação com isso não é só em Brasília.

Mais decretos

Além da iniciativa dos senadores, a força-tarefa dos par-

lamentares do Amazonas conta com decretos dos deputados federais Pauderney Avelino (DEM) e Silas Câmara (PRB).

No Decreto Legislativo 966/2018 de Pauderney, que pretende sustar os efeitos do decreto federal, ele argumenta que não se pode "deixar a Zona Franca de Manaus à mercê de uma canetada do governo federal". O parlamentar explica que um projeto de decreto legislativo de autoria de um deputado federal ou senador da República tem o poder para der-

rubrar o decreto emitido pelo governo Federal. "Nós temos os instrumentos no Congresso Nacional também para derrubar este decreto", acrescenta.

Pauderney também lembrou que a "noventena" não foi respeitada. O princípio da anterioridade, constitucionalmente imposto, afirma que é vedado aos entes federados cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, e antes de decorridos 90 dias da publicação desta lei. Para o IPI deve-se atentar ao prazo dos 90 dias para iniciar a cobrança. "Não foi isso que a Receita Federal deu aos contribuintes. Portanto, nós vamos em frente com os instrumentos que nós temos. Não vamos nos curvar", conclui Pauderney.

Já o decreto de Silas visa a compensar o custo do acordo com os caminhoneiros para baixar o preço do combustível. Dessa forma, com produção de concentrados no Amazonas, gera um crédito de 20% para as empresas engarrafadoras solicitarem à Receita Federal. Com a redução, o governo espera arrecadar R\$ 740 milhões.

No projeto são citados os artigos 40 e 92-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitorias (ADCT), que asseguram à Zona Franca suas "características de incentivos fiscais, e somente por lei federal podem ser modificados os critérios que disciplinaram ou que venham a disciplinar a aprovação dos projetos".

As fabricantes de motocicletas instaladas no Polo Industrial de Manaus (PIM) mantêm ritmo de recuperação dos seus volumes de produção. Como nos meses anteriores, elas registraram crescimento no número de motocicletas fabricadas em maio: saíram das linhas de produção 96.607 unidades, alta de 24,3% sobre o mesmo mês do ano passado (77.730) e de 9,3% na comparação com abril (88.422).

No acumulado dos cinco meses, foram produzidas 444.566 unidades, correspondendo a uma expansão de 19% sobre as 373.491 unidades de 2017. Os dados são da Associação Brasileira das Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo).

Para Marcos Fermanian, presidente da entidade, chegar ao quinto mês consecutivo de crescimento significa que a recuperação do setor está praticamente consolidada. "O que mais assistimos neste período foi a contínua ascensão dos negócios no mercado nacional, e tudo indica que as projeções serão revisadas para cima", comenta. No início de 2018, a previsão divulgada pela entidade apontava um crescimento de 5,9% para a produção total do ano, chegando a 935 mil unidades, em comparação com as 882.876 unidades fabricadas em 2017.

A recuperação do setor também reflete nas vendas no atacado feitas pelas fabricantes às concessionárias. Foram 87.939 motocicletas vendidas em maio, uma alta de 29,6% sobre o mesmo mês de 2017 (67.859) e de 12% frente a abril (78.536). No acumulado, o cenário também foi de alta: 16,1%, sendo 400.478 motocicletas enviadas às lojas neste ano, ante 345.019 em 2017.

Cinco categorias reuniram 96,2% do total de motocicletas comercializadas em maio,

Cresce 24% a produção de motocicletas no PIM

Em ritmo de recuperação, o polo de duas rodas registrou nova alta no mês maio, o que garantiu um aumento de 19% no acumulado do ano em relação ao período de 2017.



MÁRCIO MELD

De janeiro a maio deste ano, as fabricantes de motocicletas do Polo Industrial de Manaus produziram 444.566 unidades, enquanto, no mesmo período do ano passado, foram fabricadas 373.491 unidades

com as seguintes participações: Street, em primeiro lugar, com 49,7% (43.725 unidades), seguida da Trail, com 22,1% (9.445) Motoneta, com 15,2% (13.368) Scooter, com 7,5% (6.576), e Naked, com 1,7% (1.497).

Com base nos dados do Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam), as vendas no varejo totalizaram 81.238 unidades em maio, correspondendo a aumento de 2,1% sobre o mesmo mês de 2017 (79.533) e a um recuo de 1,1% na comparação com abril do presente ano (82.118).

Comercialização

Nas vendas diárias, em maio a média foi de 3.868 unidades, com 21 dias, representando um salto de 7% sobre o mesmo mês do ano passado (3.615), que teve 22 dias úteis. Mas na comparação com abril, houve recuo de 1,1% (3.910). No acumulado dos cinco primeiros meses do ano, a média diária de vendas ficou em 3.715 unidades.

"Na primeira quinzena de maio a média diária estava acima de 4 mil motocicletas, volume que acabou caindo no fim do mês em função dos impactos da paralisação dos caminhoneiros. Mesmo assim, foi algo pontual", diz Marcos Fermanian.

Inovação em risco com vetos

O pedido de voto ao artigo da MP que permite usar recursos da Lei de Informática para empresas investirem em infraestrutura física dos institutos e universidades, ameaça inviabilizar

projetos importantes da UEA e da Ufam no Estado. O prazo para sanção do voto pelo presidente Michel Temer expirava no dia de ontem. O voto foi pedido pelo ministro do Mdic, Marcos Jorge, para artigo da MP (medida provisória)

810/2017, aprovada no último dia 16 de maio, que trata da Lei de Informática e autoriza empresas de tecnologia da informação e da comunicação a investir em atividade de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Página A7

Foto: César Pinheiro



INDÚSTRIA

Reinventada, Gradiante volta a operar no PIM

Depois de 10 anos sem produção no PIM, a Gradiante se reinventou para voltar a operar, no segundo semestre, no mercado local, mais forte, estruturada e montada no tripé inovação, qualidade e tecnologia. A empresa aposta na lembrança da marca de seu público que conhece os produtos pela qualidade, inovação e tecnologia. Para o diretor-presidente Ricardo Staub a empresa tem nome, símbolo e marca reconhecidos. Staub destaca que para a volta da empresa é importante contar com o apoio do governo federal, Suframa, governo do Amazonas, Fieam, Cieam e Sindicatos dos Metalúrgicos.

Página A5

MANAUS

Disputa por expansão portuária vai à Justiça

A ampliação de um dos maiores portos privados da América Latina, o Porto de Chibatão se converteu em uma infândável disputa judicial entre concorrentes, gerando desentendimento dentro do próprio governo. O terminal deu início a um processo para ampliar seu píer de 710 metros para 1.110 metros, um investimento de R\$ 98 milhões. Mas encontrou entraves burocráticos, decidiu iniciar o empreendimento, mas foi autuado com o embargo da obra e multa de R\$ 428 mil. A decisão de paralisar o projeto tem origem numa denúncia do porto vizinho a Chibatão, a empresa Super Terminais, que acusa o concorrente de irregularidades.

Página A6

BALANÇA

Foto: Divulgação



Sem saída agora para exportações no PIM

A Balança Comercial do Amazonas deve sofrer queda nos próximos meses com a guerra comercial promovida pelo governo Trump, que já afeta as relações comerciais com a China. O decreto presidencial que reduziu de 20% para 4% o IPI dos concentrados para bebidas não-alcoólicas também é lembrado como fator de impedimento.

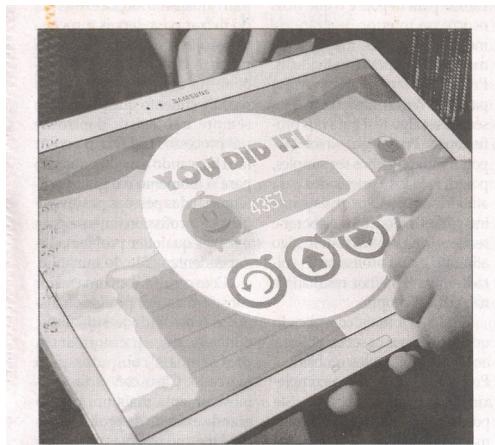
Página A5

13



Coordenação-Geral de Comunicação Social

12 de junho de 2018



Mais um golpe a caminho

No último sábado, os reitores da Universidade do Estado e da Federal do Amazonas tiveram conhecimento de que o ministro do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior pediu veto no artigo da Medida Provisória 810/2017 que permite usar recursos da Lei de Informática para empresas investirem em infraestrutura física dos institutos e universidades. A MP 810/2017, depois PLV 06/2018, foi aprovada pelo Congresso Nacional no mês passado e encaminhada à sanção presidencial. O prazo final para sanção foi ontem. O artigo acrescenta expressamente ao texto atual da Lei de Informática a possibilidade de serem enquadrados como despendos de P&D os gastos realizados na aquisição, im-

plantação, ampliação ou modernização de infraestrutura física e laboratório de pesquisa e desenvolvimento de ICTs (Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação). Se o veto for aprovado, no caso da UEA, os investimentos que a instituição recebe via empresas nacionais e multinacionais e que viabilizaram existência, por exemplo, dos Centros de Capacitação Samsung Ocean e do Centro de Desenvolvimento Unasus-Amazônia, serão inviabilizados. Somente nesses dois centros, em menos de quatro anos, a UEA já realizou a capacitação de mais de 40 mil pessoas, e promoveu o desenvolvimento de sistemas e soluções que promovem diretamente o desenvolvimento científico e social na Amazônia.

“Se não houver medida judicial de caráter urgentíssimo, teremos leva de demissões no PIM”



Wilker Barreto (PHS), presidente da Câmara Municipal de Manaus, sobre o decreto presidencial que retirou incentivos das empresas de concentrados

Redução do IPI para concentrados e sobretaxação de commodities inviabilizam vendas do PIM

Momento difícil para as exportações

ARTUR MAMEDE
amamede@jcam.com.br

A Balança Comercial do Amazonas - saldo entre exportações e importações, compunha em maio -US\$ 662.711.303 milhões, uma melhora em relação a abril (-US\$ 801.036.555 milhões) mas que pode sofrer

Medidas como a que reduz o IPI dos concentrados veio quando exportações começam a tomar fôlego

e efeitos distantes por alguns especialistas em mercado exterior, os riscos para a ZFM (Zona Franca de Manaus) existem. Ao sobretaxar o aço e o alumínio, eleva-se o custo da produção em polos como o de duas rodas e eletrônicos, o que desestabilizaria a balança comercial do Amazonas.

Sufocando o mercado

O risco é maior justamente quando se percebe um aumento das exportações, diz o gerente do CIN-AM (Centro Internacional de Negócios), Marcelo Lima. "O risco de desestabilização da balança

existe quando lembramos que os produtos deverão ser readaptados para acompanhar o mercado, o que vai inibir a realização de negócios e a introdução de produtos do PIM no mercado internacional", conta. A balança comercial brasileira de maio, segundo o Mdic (Ministério da Indústria e Comércio Exterior e Serviços) já havia registrado quedas nas vendas de manufaturados e semimanufaturados

(-17,3% e -9,5%, respectivamente). "Quando parece que vamos recobrar o fôlego, inibe-se a chegada de novos investidores e traz-se a insegurança para os já instalados, sufocando o mercado", disse.

A recente redução do IPI para concentrados de bebidas não-alcoólicas produzidos no PIM também é considerada como outro grande baque para as exportações amazonenses, já

que o segmento de concentrados de bebidas não-alcoólicas em Manaus em 2017 foi responsável por R\$ 8,7 bilhões do faturamento do PIM, ou 92,96% do faturado pela atividade de Alimentos e Bebidas.

"O protecionismo dos EUA

sempre foi danoso para as relações comerciais e justamente quando a ZFM vislumbra um cenário mais estável, vem essa

guerra comercial que ainda

junta-se a greve dos caminhoneiros, a redução do IPI para nosso maior setor exportador, a constante elevação cambial e a insegurança do investidor quanto ao futuro presidente", Lima lembra ainda de que isso pode afetar também a competitividade no mercado interno.

"Pede-se agora maior empenho da bancada amazonense, não para as questões dos commodities do aço, que estão em uma

esfera macro, longe de nosso alcance, mas pelo menos para viabilizar a manutenção do polo de concentrados", finalizou Lima.

Favorecimento do mercado interno

Se há algum risco para as exportações, o mercado interno tende a se favorecer com a questão, explica o presidente do Corecon-AM (Conselho Regional de Economia do Amazonas) Francisco Mourão Júnior. "Vai haver maior oferta do aço nacional para as indústrias nacionais e a preços mais em conta por conta da demanda. Alguns setores tendem a se beneficiar disso, é uma lei de mercado", frisa.

Protecionismo dos EUA inviabiliza vendas

A guerra comercial teve início em março quando Trump anunciou um tributo de importação para o aço e alumínio (10% e 25%, respectivamente). Apesar de ter a China como alvo da sobretaxa, o Brasil é o maior vendedor de aço para os EUA. Na época o presidente do Instituto Aço Brasil, Marco Polo de Mello Lopes comentou que a medida de Trump inviabilizaria as vendas do Brasil.

"Por conta do excesso de capacidade instalada no mundo, o mercado hoje já é extremamente competitivo. A sobretaxa tira qualquer grau de competitividade da indústria brasileira", avaliou Lopes.



Inseto: Insumos do PIM vêm de commodities brasileiras vendidas ao mercado externo

Reinventada, Gradiante volta a operar no PIM

Depois de 10 anos sem produção no PIM (Polo Industrial de Manaus) a Gradiante se reinventou para voltar a operar, no segundo semestre, no mercado local, mais forte, estruturada e montada no tripé inovação, qualidade e tecnologia. A Empresa aposta na lembrança da marca de seu público que conhece os produtos pela qualidade, inovação e tecnologia. Para o diretor presidente Ricardo Staub a empresa tem nome, símbolo e marca reconhecidos.

"O Brasil valoriza a empresa nacional que domina as tecnologias, que atualmente está monopolizada por multinacionais estrangeiras. Apostamos que voltaremos a produzir no Estado, gerar emprego, investir os lucros no país e redirecionar os recursos de patrocínio para cultura, esporte e lazer como sempre fizemos", afirmou.

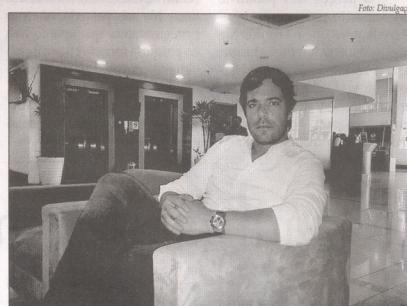
Staub destaca que para a volta da empresa é importante contar com o apoio do governo federal, da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus), governo do Amazonas,

Fiteam (Federação das Indústrias do Estado do Amazonas), Cieam (Centro da Indústria do Estado do Amazonas) e Sindicatos dos Metalúrgicos.

"Estamos conversando e sendo bem recebidos. Sabemos que vamos gerar riqueza e emprego para o Estado. Mesmo com a instabilidade política no país, sou otimista. Acredito que após o período eleitoral as coisas se resolverão e o país voltará a crescer economicamente", ressaltou.

Ainda segundo o diretor-presidente, todo momento de crise é um campo de oportunidades para inovação e renovação no mercado. "Acredito que em momentos de crises aparecem as melhores oportunidades, pois, quando algumas empresas diminuem ou param suas operações surge as oportunidades de retorno de outras empresas a voltarem a operar e atuar no mercado, como é o nosso caso", destaca o diretor-presidente.

A Gradiante planeja, ainda, se recolocar no mercado, em médio prazo, com a produção



Staub acredita no reconhecimento e força da marca

de itens da linha de áudio (bluetooth e wi-fi). Segundo Ricardo Staub, "atualmente mudou muito a forma de ouvir música, está cada vez mais individual, cada um tem seu telefone. Com seu aplicativo, os produtos do mercado são importados sem qualidade ou com valor muito alto. Nossa proposta é de atuar nesse espaço colocando o produto no mercado de valor acessível e com qualidade".

Referência no PIM

A marca que já foi referência na produção de eletroeletrônicos (como aparelhos de televisão e smartphones) investe agora nos segmentos de tecnologia para energia renovável como painéis solares e lâmpadas de LED, além das fechaduras eletrônicas e digitais, câmeras de segurança, alarmes e toda parte de produtos de monitoramento.

A Gradiante vem, na verdade, resgatar o seu DNA, que é a inovação, qualidade nos produtos, com tecnologia nacional de pôrto, somados à forte marca empresarial, que chega com o objetivo de atuar em linhas diferenciadas, com novos produtos no ramo de energia renovável, segurança e monitoramento.

Pioneira no setor eletroeletrônico no Brasil, a Gradiante se instalou na ZFM (Zona Franca de Manaus), em 1973, e operou até 2008, depois de presenciar uma crise internacional fortíssima, que a obrigou a se ausentar do mercado. Naquele período, a Gradiante chegou a ter 9 mil funcionários. Ainda assim, a empresa nunca saiu da ZFM, manteve os galpões instalados e alugados para outras empresas, ficou trabalhando para reestruturar e voltar a produzir em Manaus, fato que se concretizou a partir do segundo semestre desse ano.

Pionerismo

A Gradiante foi muito importante para o mercado brasi-

leiro, com seu pionerismo; sendo a primeira a lançar e fabricar vários produtos: a TV de tela grande acima de 29 polegadas, em 1990; o CD Player, em 1994; o DVD Player, em 1998; o MP3 Player, em 1999; o DVDocê, em 2001; e a primeira HDTV, em 2006.

Pioneira também a lançar o primeiro telefone de padrão brasileiro; o primeiro celular analógico; primeiro celular digital, feito no país; smartphones e celulares modernos; os systems, que são aparelhos receber, tocadiscos, toca-fita e com duas caixas acústicas em um só produto; tabletsTVs; players de Blu-ray; conversores de Smart TV; home theater e fones de ouvido.

Foi considerada líder no segmento de eletroeletrônicos no Brasil, em 2005, pela Forbes e saiu na lista Interbrand de dez marcas mais valorizadas do país em 2003.

A Empresa aposta na lembrança da marca de seu público que conhece os produtos pela qualidade, inovação e tecnologia.



Produção semestral deve decepcionar

O resultado da produção industrial de abril indica um 2º trimestre melhor do que os três primeiros meses de 2018, avaliam especialistas. Porém, o desempenho do semestre deve deixar a desejar.

"Abril foi um mês bem razoável, fugindo do padrão de baixo dinamismo do 1º trimestre. Porém, maio deve ser um mês perdido, em consequência da greve dos caminhoneiros, e o semestre vai depender muito de abril e junho. Provavelmente, a recuperação industrial da 1ª metade do ano vai decepcionar", avalia o economista do Iedi (Instituto de Estudos para

o Desenvolvimento Industrial), Rafael Cagnin. A PIM (Pesquisa Industrial Mensal) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), divulgada nesta semana, apontou crescimento de 0,8% na produção do país.

Os destaques positivos foram Bahia (7%), Rio de Janeiro (6%) e Nordeste (6,5%). As principais quedas ocorreram no Pará (-8,1%) e Amazonas (-4,1%). Dez dos 15 locais pesquisados tiveram crescimento. "A maior parte das regiões passou por esse movimento de melhora. Houve reação no Rio de Janeiro e no Nordeste. Outros Estados, como o Rio Grande do Sul, con-

tinuaram crescendo. A exceção foi São Paulo", aponta Cagnin.

Para o economista, o fraco desempenho paulista puxou para baixo o resultado nacional. "Cresceu apenas 0,3%, é muito modesto e restringe o movimento de melhora como um todo, dado o peso que o Estado tem no Brasil." Cagnin acredita que, mesmo que junho compense as perdas de maio, a recuperação efetiva do 1º semestre vai se limitar a dois meses, o que é preocupante diante das perspectivas de instabilidade na 2ª metade do ano. "A recuperação deveria ter sido mais vigorosa, diante dos possíveis

desafios que serão enfrentados, caso esse contexto político e eleitoral venha acompanhado de instabilidade econômica. Se essa retomada tivesse se confirmado, o Brasil poderia passar por essa tempestade com um pouco mais de tranquilidade." O acumulado dos últimos 12 meses na indústria nacional (3,9%) foi o índice positivo mais alto desde maio de 2011 (4,5%) e manteve a trajetória ascendente iniciada em junho de 2016 (-9,7%). Regionalmente, 13 dos 15 locais pesquisados tiveram altas em abril de 2018 e 13 apontaram maior dinamismo frente aos índices de março.

Chibatão e Super Terminais disputam expansão

A ampliação de um dos maiores portos privados da América Latina, o Porto de Chibatão, se converteu em uma infundável disputa judicial entre concorrentes, gerando desentendimento dentro do próprio governo. Chibatão é o principal porto de contêineres do PIM (Polo Industrial de Manaus). Há dois anos, o terminal deu início a um processo para ampliar seu píer de 710 metros para 1.110 metros, um investimento de R\$ 98 milhões.

Nesse período, a empresa conseguiu autorização da Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) e do Ministério dos Transportes. A liberação final, porém, travou na SPU (Superintendência do Patrimônio da União) no Amazonas, do Ministério do Planejamento.

A decisão da SPU de parali-

zar o projeto tem origem numa denúncia do porto vizinho ao Chibatão, a empresa Super Terminais, que acusa o concorrente de irregularidades em sua área.

No mês passado, o empresário José Ferreira de Oliveira, dono de Chibatão, começou as obras. A reação da SPU foi imediata. O porto foi autuado com o embargo da obra e multa de R\$ 428 mil. Em nota, a SPU afirmou que as autorizações concedidas não liberam o projeto. Para José Dutra Júnior, advogado de Oliveira, Chibatão é alvo de perseguição.

Por nota, a Super Terminais disse que há anos aguarda autorizações para ampliar sua estrutura, enquanto assiste o "crescimento exponencial de Chibatão, com a obtenção de autorizações de modo célere". As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.



Centros de Capacitação Samsung Ocean estão entre os afetados com voto para MP da Lei de Informática

Veto coloca em risco projetos no PIM

O pedido de voto ao artigo da MP que permite usar recursos da Lei de Informática para empresas investirem em infraestrutura física dos institutos e universidades ameaça inviabilizar projetos importantes da UEA (Universidade do Estado do Amazonas) e da Ufam (Universidade Federal do Amazonas) no Estado. O prazo para sanção do voto pelo presidente Michel Temer expirava no dia de ontem. O voto foi pedido pelo mi-



Foto: Walter Mendes

Centros de ensino e inovação Samsung Ocean estão ameaçados com voto presidencial

Lei permite isenção fiscal de IPI em contrapartida de investimentos de até 5% do faturamento bruto em P&D

nistro do Mdic (Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), Marcos Jorge, para artigo da MP (medida provisória) 810/2017, aprovada no último dia 16 de maio, que trata da Lei de Informática e autoriza empresas de tecnologia da informação e da comunicação a investir em atividade de pesquisa, desenvolvimento e inovação como contrapartida para recebimento de isenções tributárias.

Segundo o reitor da UEA, Cleinaldo de Almeida Costa, se o voto for aprovado, serão inviabilizados projetos como dos Centros de Capacitação Samsung Ocean e do Centro de Desenvolvimento Unasus-Amazonas, mantidos com os investimentos que a instituição recebe via empresas nacionais e multinacionais.

Somente nesses dois centros, em menos de quatro anos, segundo o reitor, a UEA já realizou a capacitação de mais de 40 mil pessoas, e promoveu o desenvolvimento de sistemas e soluções que promovem diretamente o desenvolvimento científico e social na Amazônia. "Além disso, novos investimentos estarão in-

terditados", afirmou o reitor, em nota, co-assinada pelo reitor da Ufam, Silvio Puga. A MP aprovada no Congresso no mês passado foi recebida com festa pela bancada amazonense e por integrantes dos institutos de pesquisa local.

Ela amplia o otimismo para a efetivação do CBA como instrumento para a inovação no Estado. A MP também ampliou de três para 48 meses o prazo para que as empresas brasileiras de informática, beneficiadas com incentivos fiscais associados a investimentos em P&D (pesquisa e desenvolvimento), reinvestam valores pendentes. O texto aprovado permitiu ainda que parte dos recursos gerados pelas contrapartidas de investimentos

brasileira. Segundo dados do Governo e da Indústria, o legado positivo da Lei de Informática corresponde a diversos benefícios que passam inclusive pelo fortalecimento do PIB brasileiro, o que se relaciona com os números a favor da empreendedorismo, da pesquisa e do desenvolvimento de Estados e municípios e mais de 300 institutos de pesquisa, públicos e privados, estruturados em todas as regiões do Brasil - alguns são exemplos de excelência internacional, como CESAR/PE, CERTI/SC, Eldorado, INDT e FPFtech/AM, SIDIA/Campinas e SIDIA/AM, além das universidades públicas. Gracias à Lei de Informática, apenas no Estado do Amazonas, em 2017 o total de tributos arrecadados pela Samsung foi mais de R\$ 800 milhões, de um total de R\$ 3,5 bilhões arrecadado pelo Estado no setor industrial - ou seja, a Samsung gera cerca de 23% do total. Na Ufam os prejuízos não serão menores e certamente sua comunidade acadêmica também será atingida.

POR DENTRO

Outros benefícios da Lei de Informática:

A contribuição da Samsung para a UEA (taxa UEA) em 2017 foi de mais de R\$ 100 milhões, correspondendo a importante parcela do orçamento anual da Universidade.

Implantação do centro Ocean na UEA em Manaus e na USP em SP já formou e treinou mais de 40 mil estudantes ao longo de seus quatro anos de atuação.

Implantação do núcleo da Unasus/Fiocruz na Escola Superior de Ciências da Saúde da UEA, no contexto do desenvolvimento da plataforma para uso e treinamento de Agentes Comunitários de Saúde e outros profissionais da área médica

sobretudo em regiões remotas do Amazonas.

Tanto na Ufam quanto na UEA foram construídos prédios, laboratórios e salas de aula dentro das Universidades públicas, que passaram a integrar seu patrimônio físico permanente. Foram construídos e instalados o Ocean na UEA, para formação de desenvolvedores, e na Ufam foram construídos os centros do ICOMP, na Faculdade de Ciência da Computação, e o Cetell, na Faculdade de Engenharia Elétrica, com laboratórios e salas de aula. A MP 810/2017, depois PLV 06/2018, veio modernizar a Lei de Informática.

Presidente da CMM critica medida anti-ZFM e cobra medida judicial para defender empregos no PIM

Barreto defende ação contra prejuízo

O presidente da CMM (Câmara Municipal de Manaus), Wilker Barreto (PHS), utilizou a Tribuna da Casa, ontem, para manifestar sua indignação quanto ao que intitula de ataque inconstitucional ao modelo econômico de sucesso, a ZFM (Zona Franca de Manaus). "Não se pode um governo a seu bel-prazer, quando bem entender, rasgar a Constituição da República. Um governo que não respeita a Constituição não exerce a cidadania. Não respeita o estatuto democrático de direito", disse.

Barreto reconhece que a ZFM precisa passar por um processo de aprimoramento do seu processo produtivo básico e que cadeias econômicas - a exemplo dos fármacos, petroquímicos e a ecoturística - precisam melhorar, mas que nada justifica um ataque

tão agressivo aos concentrados responsáveis por boa parte do faturamento.

"Um governo que não é governo, é um grande balcão de negócios. Um governo que para se manter negocia claramente no atacado. Numericamente a bancada do Amazonas não é páreo

para o Sudeste, mas precisamos estar resguardados na Constituição. É uma matéria que não temos competência de legislar, mas não podemos nos calar. Se esse decreto prosperar, se não tiver uma medida judicial de caráter urgentíssimo, famílias vão passar por grandes dificuldades. Iremos ter uma grande leva de demissões no PIM", alertou.

Wilker Barreto considera 'mopia' de alguns empresários do Sudeste atacar a ZFM. "São tão miopes que não enxergam que, se virarmos para o extrati-

vismo, o ciclo das chuvas estará ameaçado. Não aguentam uma crise hídrica, mas atacam um modelo econômico que preserva o meio ambiente. E estamos falando de um modelo econômico que é superavitário. Bancada fe-



Wilker Barreto quer medida judicial de caráter urgentíssimo

Foto: Robervaldo Rocha/CMM

Presidente da CMM também pediu celeridade nas investigações sobre a morte do ex-vereador Armando Freitas

tem vida", sugeriu.

O presidente da CMM aproveitou para colocar a CMM à disposição. "Sei do trabalho da bancada, mas sei também que todo o Estado precisa estar irmado em prol do ZFM", concluiu.

Investigação

O presidente da CMM, Wilker Barreto (PHS), também afirmou que vai protocolar na Casa indicação pedindo celeridade da SSP (Secretaria de Segurança Pública) nas investigações sobre a morte do ex-deputado e ex-vereador da Oitava Legislatura, o advogado Armando Freitas. A decisão foi tomada durante visita do filho do deputado, o advogado e também Ovidor-Geral da OAB/AM, Glen Wilde do Lago Freitas, que esteve na Casa para pedir mediação do Legislativo sobre o caso.

Ao lado dos vereadores Coronel Gilvandro Mota (PTC) e Wallace Oliveira (PODE), Wilker lamentou a morte do ex-vereador, de 79 anos, ocorrida no início do mês de maio. "Farei esse documento amanhã mesmo. Isso não pode cair no esquecimento. Foi um vereador da Casa, da oitava legislatura. Temos muito

a lamentar a violência em nossa cidade e isso não pode cair no esquecimento", disse.

De acordo com Freitas, sua decisão de pedir auxílio à CMM partiu do fato de seu pai ter feito parte da história legislativa da capital.

"Como ele foi um ex-vereador, vim pedir o auxílio da Câmara, no sentido de cobrar as investigações para que haja uma solução do caso. Foi uma covardia ao idoso. A expectativa é muito grande, são mais de 40 dias sem solução. Eu agradeço ao presidente Wilker pela sensibilidade. Meu pai que foi um ex-vereador de 1977 a 1983", comentou.

Caso

O advogado, ex-deputado e ex-vereador da Oitava Legislatura, Armando Freitas, foi baleado com três tiros dentro do escritório de advocacia dele, localizado na rua Presidente Dutra, bairro Glória, zona Oeste, na manhã do dia 4 de maio.

Armando foi socorrido pelo próprio filho, Glen Wilde, e levado para o Hospital e Pronto Socorro 28 de Agosto ainda com vida, mas faleceu em seguida.

20



Coordenação-Geral de Comunicação Social
12 de junho de 2018